



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8067

Presidente da Mesa Diretora: Athos Mameluque Mota

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Valcir Soares da Silva

Data: 01/12/2009

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 151/2009. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Associação Comunitária Menino Jesus Príncipe da Paz”. (Referente à Lei nº 4.180, de 15/12/2009).

Controle Interno – Caixa: 25.8

Posição: 23

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade Pública
Cl: 25.8
Ordem: 23
Nº fls: 29



119/2009

08.12.2009

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJTO DE LEI Nº 151 /2009

AUTOR:

Ver. Valcir Soares Silva

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação
Comunitária Menino Jesus Príncipe da Paz.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 01/12/2009
Comissão Legislação e Justiça.
- 2 -
- 3 - A NOVA AD EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM. 08.12.2009.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Valcir da Ademoc



PROJETO DE LEI N.º **151** /2009

"Concede Título Declaratório de Utilidade Pública"

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de **"Associação Comunitária Menino Jesus Príncipe da Paz"**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.212.360/0001-69 com sede à Avenida Pompéia nº293 Bairro Jardim São Geraldo, Montes Claros, MG.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal 30 de Novembro de 2009..


Valcir Soares Silva
Vereador Líder do PTB
2º Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 01 DE DEZEMBRO DE 2009

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM SESSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM ____ DE ____ DE 20 ____

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 151/2009 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública” de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de dezembro de 2009.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 151/2009

AUTOR: Ver. Valcir Soares Silva

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação Comunitária Menino Jesus Príncipe da Paz.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 01/12/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 02/12/2009.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo declarar de utilidade pública municipal à **Associação Comunitária Menino Jesus Príncipe da Paz.**

Examinando a matéria da proposição, em análise, esta Comissão verifica que a mesmo não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais e constitucionais uma vez que foram juntados os documentos previstos em lei para a concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2009

Presidente: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____

Vice-Presidente: Ver. Sebastião Ildeu Maia: _____

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus: _____